



Marcos Rodrigues: Investigações devem ajudar recuperação econômica

A operação "lava jato" é considerada pela opinião pública um dos maiores marcos da história recente no combate à corrupção. Conquanto numa quadra inédita no Brasil, poderosos têm enfrentado gravosas condenações advindas do midiático processo penal.

Desde 2014, o despertar dos brasileiros é permeado das notícias de estratégias visando fomentar projetos de poder, desvio de verbas públicas, compra de apoios, enriquecimento ilícito, crimes de toda ordem, num espetáculo dantesco que ruboriza os mais pessimistas cidadãos, incrédulos com tanto escárnio com o patrimônio público.

É certo, sim, que a corrupção, a impunidade, a imoralidade devem sempre ser guerreados e os respectivos responsáveis punidos exemplarmente, porém um processo criminal, seja lá qual for a sua envergadura, não pode ser pauta única de um país tão cioso por políticas públicas, mormente quando a população mais carente é a principal impactada pela gravosa crise.

A faxina ética das investigações criminais, ao tempo em que busca moralizar o país, deve trilhar de forma paralela com o retorno da marcha desenvolvimentista do país, que hoje apresenta o desolador quadro de desemprego, inflação, déficit público, endividamento, insolvência.

A crise econômica agrava dia a dia o quadro de recessão, dizimando milhares de empresas, afugentando investimentos, desempregando famílias, recrudescendo, enfim, o quadro de descrença e degradação. O propalado déficit fiscal – na insultante montanha de R\$ 170 bilhões – é o espelho do tamanho do desafio a ser enfrentado na busca por hígidez econômica e ambiente de criação de empregos e renda.

Urge que a agenda política ultrapasse o entrevero diário das gravações de áudios, interceptações telefônicas, delações premiadas, prisões cautelares e, numa necessária proatividade, estabeleça o passo, que na contramão da atual trilha da falência, avance em medidas concretas e urgentes em direção à estabilidade.

As profundas reformas política, tributária, administrativa e tantas outras necessárias que há muito claudicam na ausência de prioridades dos agentes públicos devem finalmente conduzir a pauta central dos Poderes Constituídos.

O debate ético e moral deve sim prosseguir, não como agravante do quadro letárgico que impede realizações em prol dos cidadãos brasileiros, mas sim como fonte agregadora de Justiça, sobretudo social.

O Brasil precisa avançar!

Date Created

19/06/2016